MILENE GOMES PRIMO

RESUMO

Este artigo traz uma reflexão sobre a inclusão escolara do aluno com deficiência intelectual. A inclusão desse aluno é de suma importância, pois, tem um papel relevante no que se trata de seu futuro, seja dentro ou fora da escola. Desta forma torna-se um desafio a inclusão, pois, todos tem o direito ao acesso e permanência na escola pública e de qualidade, levando em conta que a escola e os profissionais não estão preparados para receber e trabalhar com esses alunos, necessitando assim, toda uma mudança na organização do trabalho pedagógico da escola. O fenômeno educacional não é uma realidade acabada que se dá a conhecer de forma única, verdadeira e precisa em seus múltiplos aspectos. Muito pelo contrário o fenômeno educacional remonta, cria e recria a cada dia. Assim como o homem muda, a história muda o fenômeno educacional precisa mudar. Portanto o fenômeno educativo está presente, tanto na dimensão humana, quanto a técnica, a cognitiva, a emocional, a sócio política e a cultural na busca da formação para a cidadania e o desenvolvimento de competências, ou seja, o fenômeno educacional permeia nossa vida onde quer que nós estejamos, não apenas no aspecto institucional aqueles ministrados pelas escolas, mas também no aspecto cultural, profissional e social, estamos o tempo todo aprendendo e ensinando. A escola tem um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo da criança com deficiência. A acolhida e o respeito proporcionam um ambiente no qual a criança se sente aceita, o que melhora seu comportamento social e facilita sua interação com os outros. É importante destacar que a escolarização de uma criança com deficiência envolve a participação da própria criança, da escola e dos pais, em um processo cultural que envolve toda a sociedade, quebrando barreiras e se renovando a cada dia.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência Intelectual; Inclusão; Escola.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo apresentou o tema inclusão escolar do aluno com deficiência intelectual. O desenvolvimento das estruturas lógicas da pessoa com deficiência intelectual e a sua interação com o meio comprovam que eles são capazes de raciocinar e, portanto, progridem. O fenômeno educacional não é uma realidade acabada que se dá a conhecer de form a única, verdadeira e precisa em seus múltiplos aspectos. Muito pelo contrário o fenômeno educacional remonta, cria e recria a cada dia.

Assim como o homem muda, a história muda o fenômeno educacional precisa mudar. Portanto o fenômeno educativo está presente, tanto na dimensão humana, quanto a técnica, a cognitiva, a emocional, a sócio política e a cultural na busca da formação para a cidadania e o desenvolvimento de competências, ou seja, o fenômeno educacional permeia nossa vida onde quer que nós estejamos, não apenas no aspecto institucional aqueles ministrados pelas escolas, mas também no aspecto cultural, profissional e social, estamos o tempo todo aprendendo e ensinando.

Contudo, vemos que a inclusão não é simplesmente um atendimento, mas a conquista do término da exclusão. Incluir é permitir que o aluno com deficiência possa participar e interagir no contexto do qual ele faz parte. É dar oportunidades e favorecer seu desenvolvimento.

Diante disso, justifica-se esta pesquisa a necessidade que a escola apresenta mediante adaptações para acolher todas as diferenças existentes entre esses alunos e preparar-se para atendê-los em suas especificidades. Portanto a questão que norteia esta pesquisa foi: Qual a importância e os desafios encontrados para inclusão do aluno com deficiência intelectual na escola regular?

Este estudo teve como objetivo evidenciar a relevância da inclusão do aluno com deficiência intelectual. E os objetivos específicos foram compreender a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, contex-

tualizando a deficiência intelectual e conhecer a inclusão no contexto educacional.
Este estudo dividiu-se em três capítulos, primeiramente apresentou-se o tema por meio da introdução. No segundo capítulo abordou-se educação especial na perspectiva da educação inclusiva, contextualizando a deficiência intelectual. No terceiro reportou-se a inclusão no contexto Educacional. E por fim, as considerações finais sobre o tema.
O tema se justifica-se pela necessidade de contribuir para as pesquisas que buscam o conhecimento sobre a inclusão no contexto escolar, bem como a utilização de ferramenta didática pedagógica que promova a aprendizagem do aluno com DI.
Através deste estudo é possível compreender a que a escola passa a ter um compromisso de responsabilidade com a sociedade, cujo objetivo é melhorar a qualidade do ensino e garantir aos alunos o acesso ao conhecimento.
Nesse cenário, sugere-se que são relevantes os estudos que busquem compreender o processo de inclusão educacional de forma integral e na perspectiva de diferentes atores envolvidos, buscando entender, além das dificuldades vivenciadas, os recursos que esses atores encontram para o enfrentamento das adversidades.

2. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

A educação de pessoas com deficiência no Brasil foi historicamente tensionada entre a educação pública e a segregada em instituições filantrópicas (Pletsch; Souza, 2021). Contudo, desde a década de 1990, documentos oficiais nacionais, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015 (Brasil, 2015), além das normativas internacionais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), vêm reafirmando a importância da educação inclusiva como um direito de todas as pessoas e ratificando a necessidade de se promoverem a acessibilidade e a inclusão nos diferentes espaços sociais.
Nesse sentido, o arcabouço legal brasileiro destinado a garantir o direito das pessoas com deficiência é um dos mais completos do cenário internacional, a exemplo da LBI, que apresenta o conjunto de direitos civis, políticos e sociais desse segmento populacional. Todavia, o desafio da atualidade tem sido aplicar tais prerrogativas de modo que as pessoas com deficiência possam participar de todos os âmbitos sociais em condições equiparadas.
Pletsch (2021) assevera que a educação especial é uma modalidade de ensino, conforme preconiza a PNEEPEI (Brasil, 2008), mas também uma área de conhecimento interdisciplinar que visa garantir a acessibilidade na educação para pessoas com deficiência, Transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação. Com relação ao exposto, entende-se que ao se eliminarem as barreiras que obstaculizam a aprendizagem do público com deficiência, todos os demais estudantes poderão se beneficiar de práticas pedagógicas inclusivas. Em vista disso, as atuais políticas públicas da educação especial estão respaldadas em uma perspectiva de educação inclusiva.
Para Pletsch (2021), a educação inclusiva é uma política pública fundamentada nos princípios de direitos humanos e justiça social que precisa garantir acesso, participação e aprendizagem a estudantes com diferentes necessidades e realidades educativas, dentre eles os que compõem o público-alvo da educação especial. Nessa esteira, é necessário avançar no sentido de que as políticas públicas propiciem a emancipação humana, rompendo com a ideia de que a função da escola é apenas o acolhimento e a convivência dos estudantes com deficiência (Melo, 2021).
Mediante o exposto, a educação inclusiva é uma perspectiva política, cultural e educacional, implicando a combinação de três elementos: "1) o reconhecimento da diferença como constitutiva do humano; b) as especificidades no desenvolvimento dos sujeitos; e, 3) a convivência com a diversidade cultural, numa escola/universidade com todos e para todos" (Pletsch; 2021, p. 1288).
Assim, a educação especial fundamentada em princípios inclusivos deveria fazer parte da proposta pedagógica da escola e atuar de forma articulada com os demais professores (Brasil, 2008). Entende-se, portanto, que

uma educação inclusiva requer a colaboração da educação especial para ser efetivada na escola, assim promovendo ações educativas que respeitem a pluralidade cognitiva dos estudantes (Pletsch, 2021).
Conforme Franco e Schutz (2019), a educação inclusiva pressupõe que o professor desenvolva novos conceitos sobre o processo de ensino e aprendizagem compatíveis com essa perspectiva. Para tanto, requer-se que esse profissional desconstrua,
"[...] posicionamentos sobre o desempenho escolar padronizado e homogêneo dos alunos e desempenhe o seu papel formador, que não mais se restringirá a ensinar somente a uma parcela dos alunos que conseguem atingir o desempenho exemplar esperado pela escola" (Franco e Schutz 2019, p. 245).

No cenário brasileiro, o conceito de inclusão escolar se desenvolveu a partir de avanços, mas também de limites e contradições, uma vez que a segregação e a integração dos estudantes com deficiência ainda estão presentes no contexto escolar e coexistem com práticas pedagógicas inclusivas (Crochik; Costa; Faria, 2020).

2.1. DEFICIENCIA INTELECTUAL

Historicamente foram utilizadas muitas terminologias para nomear as pessoas com deficiência intelectual. De acordo com o levantamento histórico-cultural realizado por Minayo (2020) as concepções passaram por transformações ao longo do tempo em função das concepções de mundo vigentes e das dinâmicas culturais de cada época, que geraram implicações no ordenamento jurídico, social e científico.
A deficiência intelectual possui uma definição médica apresentada no manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais- DSM-5 (2014) organizado pela American Psychiatry Association (APA), que traz a seguinte definição:
Deficiência intelectual (transtorno do desenvolvimento intelectual) é um transtorno com início no período do desenvolvimento que inclui déficits funcionais, tanto intelectuais quanto adaptativos, nos domínios conceitual, social e prático. Os três critérios a seguir devem ser preenchidos: a) déficits em funções intelectuais como raciocínio, solução de problemas, planejamento, pensamento abstrato, juízo, aprendizagem acadêmica e aprendizagem pela experiência confirmados tanto pela avaliação clínica quanto por testes de inteligência padronizados e individualizados; b) déficits em funções adaptativas que resultam em fracasso para atingir padrões de desenvolvimento e socioculturais em relação a independência pessoal e responsabilidade social. Sem apoio continuado, os déficits de adaptação limitam o funcionamento em uma ou mais atividades diárias, como comunicação, participação social e vida independente, e em múltiplos ambientes, como em casa, na escola, no local de trabalho e na comunidade; c) início dos déficits intelectuais e adaptativos durante o período do desenvolvimento. (AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION, 2014, p. 33).

A deficiência intelectual não apresenta características idênticas, é classificada em função da gravidade do quadro em: grau leve, grau moderado, grau grave e grau profundo. A gravidade é considerada a partir da avaliação da capacidade adaptativa do indivíduo, levando- se em consideração o nível de apoio de que a pessoa necessita para realizar as tarefas da vida diária e laboral (Minayo 2020).
De acordo com Schalock et al, (2020) a American Association on Developmental Desabilities (AAIDD) elaborou o conceito de deficiência intelectual relacionando a existência, em um mesmo organismo, de limitações importantes no funcionamento intelectual do indivíduo e prejuízos em três áreas adaptativas: as habilidades conceituais, sociais e práticas relativas à vida diária e a adaptação da pessoa às demandas sociais, considerando o seu ambiente social.
A deficiência intelectual pode causar falhas na memória auditiva de curto prazo; dificuldades com a linguagem/fala; dificuldades sensoriais com a audição e visão; dificuldade em generalizar e atraso na coordenação motora grossa e fina (Anhão; Pfeifer; Santos, 2020).
De acordo com Santos (2022), a característica fundamental da deficiência intelectual é o significativo prejuízo cognitivo. As funções cognitivas correspondem à capacidade de

aprender e compreender, sendo funções superiores que se estabelecem a partir do sistema nervoso central.
Elas englobam as capacidades de linguagem, aquisição da informação, percepção, memória, raciocínio, pensamento etc., as quais permitem a realização de tarefas como leitura, escrita, cálculos, conceptualização, sequência de movimentos, dentre outras (Santos, 2022, p. 938).

Para Cavalcante e Ferreira (2017), a deficiência intelectual não é condição estática, tão pouco um traço pessoal. Nesse sentido, a pessoa com deficiência intelectual não deve ser vista apenas pelos impedimentos.
Deve-se considerar o funcionamento da pessoa na interação com o mundo, atentando as oportunidades e auxílios recebidos ao longo da vida. Dessa forma, escolas com práticas homogeneizadoras, com apenas uma metodologia de ensino apoiada nas crianças sem deficiência, acabam por acentuar a deficiência, agravando as dificuldades de acesso ao conhecimento do estudante com deficiência intelectual.
Constata-se que a deficiência intelectual se trata do desenvolvimento do funcionamento cognitivo, sendo caracterizado pelo comprometimento nas funções que determinam o nível de inteligência. Isto é, a deficiência intelectual é definida como sendo um funcionamento intelectual inferior à média, podendo haver limitações de grande relevância nas habilidades práticas, sociais e afetivas, além das limitações nas habilidades como a comunicação, o autocuidado, saúde e segurança, a interação social, funções acadêmicas, trabalho e lazer.

3. INCLUSÃO NO CONTEXTO EDUCACIONAL

As políticas de inclusão escolar no Brasil, são orientadas para promover tal inclusão. Essa orientação ocorre mediante leis, decretos e outros documentos legislativos que estabelecem um modo a ser executada e realizada para que a inclusão seja atingida. Um dos documentos importantes nesse contexto é a Política Nacional da Educação Inclusiva Especial, que foi implantada pelo governo Federal para permitir uma educação inclusiva.
A política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva tem como objetivo a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades superlotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais (Brasil, 2020, p.1).

Sendo assim, a Política Nacional da Educação inclusiva possibilita que os sistemas de ensino tenham apoio para fazer instalações nas escolas seja na arquitetura ou na pedagogia, que torne possível o acesso de todos, de uma forma que o próprio ensino regular seja desenvolvido. A Declaração de Salamanca destacou que a forma mais eficaz de promover a educação inclusiva é o acesso dos alunos com deficiência ao ensino regular, e não o ensino separado como em anos anteriores.
Desta forma a Declaração de Salamanca pode ser considerada um apoio importante para o desenvolvimento das políticas de inclusão no Brasil (Brasil, 2020). Nesse sentido, outro documento que merece destaque com relação às políticas de inclusão no Brasil é a Lei
9.394 de 1996 que menciona sobre a necessidade dos serviços de apoio especializado na escola regular.
De acordo com o artigo 1º desta lei, a educação especial é aquela que é oferecida na rede regular de ensino e não em apartado e o atendimento feito em classes especializadas só ocorrerá quando não for possível a integração nas classes comuns de ensino regular. Tanto é assim que o artigo 58 § 1º desta lei estabelece da seguinte forma:
Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).
§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.
§ 2º O atendimento educacional será feito

em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.
Assim, pode-se entender que a orientação dada às escolas é para que promovam a inclusão escolar no ensino regular preferencialmente, o que é muito vantajoso considerando que não separará os alunos com deficiência dos demais, o que está em concordância com o conceito de inclusão. Ressalta-se que o princípio fundamental da inclusão é acolher de forma mais justa os alunos com deficiência que eram excluídos do convívio social escolar, os quais estudavam em um centro de ensino especializado somente para este público.

Diante das realidades das escolas públicas, detecta-se que ainda há muitas lacunas no que diz respeito ao atendimento adequado com instrumentos que venham realmente incluir o indivíduo no processo de ensino e de aprendizagem, não basta estar dentro da sala de aula para ser incluído. A escola precisa pensar como incluir o aluno para que ele tenha aprendizagem, que é um direito dele. A inclusão contrapõe-se a todo e qualquer tipo de discriminação, e nessa perspectiva é preciso que a escola reavalie todos os seus conceitos, em busca de uma educação que respeite a heterogeneidade. Todavia, esta é uma tarefa árdua para uma instituição que se acomodou com a padronização, excluindo de seu espaço qualquer forma de diversidade (Batista; Cardoso, 2020, p. 3).

A escola inclusiva tem como objetivo garantir o acesso e permanência de todos os alunos como direito garantido, tendo como proposta a igualdade de oportunidades e valorização das diferenças humanas, valorizando cada vez mais a cultura, as práticas e as políticas internas que regem a escola (Batista; Cardoso, 2020).
Ressalta-se que as instituições educativas precisam se tornar ambientes socioculturais, considerando, efetivamente, um privilégio e não simplesmente uma obrigação em receber um público diversificado com acolhimento e preparo, valorizando as potencialidades diversas dos alunos. Nesse sentido, compreende-se que a educação inclusiva também precisa se fundamentar nos pilares educativos (Batista; Cardoso, 2020).
Segundo Andrade (2020), a educação inclusiva parte de cinco pressupostos: primeiro que todas as pessoas têm direito ao acesso à educação, segundo todos aprendem, terceiro o processo de aprendizagem de cada pessoa é único, quarto a convivência no ensino regular beneficia todo mundo e quinto a educação inclusiva é para todos..
De acordo com Machado (2016) a educação do aluno com deficiência intelectual tem sido um desafio para os professores que são levados a repensarem suas práticas sua praticas pedagógicas excludentes. Para desenvolver um trabalho com o aluno com deficiência intelectual é relevante conhecer a deficiência. Pois a limitação do aluno com deficiência intelectual difere de um indivíduo para o outro pelo comprometimento intelectual.
Destaca-se também que, para ocorrer um desenvolvimento efetivo é necessário que os professores de Língua Portuguesa trabalhem com alternativas diferentes das tradicionais, uma vez que esses alunos irão se desenvolver de maneira diferente, devido ás perdas causadas pela deficiência intelectual (Nuernberg, 2008 apud Vigotski). De acordo com Werneck (1992) o desenvolvimento do aluno deficiência intelectual, vai depender da capacidade de avanços que ele apresentar e dos métodos de ensino e das estratégias utilizadas pelo professor no processo de aprendizagem.
Portanto, deve-se planejar previamente o conteúdo que será desenvolvido com o aluno com deficiência intelectual segundo suas necessidades, tendo consciência das dificuldades e das potencialidades de cada um em particular, assim como buscar o melhor método para o processo de ensino aprendizagem.
Para que de fato haja um bom desempenho escolar por parte do aluno com DI, deve-se levar em consideração a realidade do estudante, e assim promover o Desenvolvimento de suas capacidades, sendo ligadas ao planejamento das ações do estudo, fazendo com que o aluno exerça mais controle sobre o próprio processo de aprendizagem. Logo, o aluno tem de estabelecer suas próprias

metas e de planejar esforços, direcionando sua aprendizagem no contexto escolar (Pintrich, 2022).
A deficiência intelectual deve ser compreendida dentro de uma abordagem ecológica que considere o funcionamento da pessoa na interação com o ambiente em que vive, observando as oportunidades e o apoio recebidos ao longo da vida. A pratica pedagógica do professor de Língua Portuguesa deve valorizar o desenvolvimento intelectual e a autonomia do aluno não priorizando as atividades mecânicas, mas sim, o desenvolvimento das funções psicológicas superiores com aprendizagens significativas, conforme defende Vygotsky (1997).

Tratando-se do aluno com deficiência intelectual é fundamental que o ensino de Língua Portuguesa deve desenvolver-se como algo importante na vida dessa pessoa, deve ter significado, a fim de que seja incorporado na formação social da mente. A pratica de ensino deverá ser organizada de forma que a leitura a escrita e outros conteúdos sejam trabalhados a partir das necessidades do aluno (Vygotsky, 1997).
Segundo Cunha e Santos (2019), a interação entre alunos por meio de estratégias que o professor utiliza na sala de aula, como a aprendizagem cooperativa o ensino por colegas o apoio entre amigos e o círculo de amigos auxiliam na interação entre os alunos.
Já segundo Leite (2018) o professor deve possibilitar situações em que possa acompanhar o desempenho do aluno em tarefas conjuntas, favorecendo a troca de conhecimentos e experiências. Desse modo, o professor deve identificar o que o aluno é capaz de fazer sozinho, o que faz com a ajuda de parceiros e também o que pode realizar futuramente com independência. Shimazakiet al. (2016) explica que o problema de aprendizagem do aluno com deficiência intelectual:
[...] da leitura e escrita da criança portadora de DI geralmente tem sido exposto como uma questão de métodos e técnicas. Faz críticas às formas tradicionais de preparação para a leitura e para a escrita, em que o aluno faz exercícios grafo motores, tais como os de cobrir pontilhados e preencher folhas de exercícios fotocopiados sem nenhum significado concreto (Shimazaki, 2016, p. 56).

De acordo com Referencial sobre Avaliação da Aprendizagem de Alunos com deficiência intelectual (SECRETARIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO):

Alfabetizar uma pessoa com deficiência intelectual não é um fi m em si mesmo, mas um meio de possibilitar modificações mais amplas no seu repertório comportamental, contribuindo ao mesmo tempo para que melhore o que se chama a sua “auto-estima” e para que o mesmo também possa ter acesso ao conhecimento e consequentemente o desenvolvimento do seu potencial cognitivo. Para isso, é importante entender como se processa a aquisição do conhecimento,
e hoje já sabemos que ela se dá por meio das interações do sujeito com o meio e suas experiências anteriores. Portanto, é necessário que essa pessoa traga sua vivência e posicione de forma autônoma e criativa diante do conhecimento. Dessa maneira, poderá questionar e modificar sua atitude diante do “não saber” e se mobilizará para buscar o saber e deixar de ser “repeteco”, o eco do outro e se tornar um ser pensante e desejoso de saber (SECRETARIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2017, p. 60).

O aluno deficiência intelectual possui condições de se desenvolver e de aprender, dentro de seus limites, como todos os outros alunos, basta o professor não desistir de ensinar esse

aluno por ele ter um comprometimento intelectual, mas saber que não é necessário ensinar conteúdos diferentes, mais, sim, ensinar de forma diferente, tal como ele irá compreender. O aluno com deficiência intelectual possui dificuldades de aprendizagem com relação aos demais alunos, porém com estímulos e adaptação do professor ele é capaz de se desenvolver na disciplina de Língua Portuguesa.

CONCLUSÃO / CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa bibliográfica, este artigo foi desenvolvido com a compreensão de que não existe um único método infalível. O que podemos fazer é adaptar as abordagens de acordo com as necessidades individuais de cada aluno. Assim, todas as pessoas com deficiência podem ser incluídas, garantindo o seu direito de estudar em uma escola comum. A educação oferece ao ser humano a oportunidade de ser protagonista de seu aprendizado, abrindo espaço para inovações no processo de ensino. Com as crianças com deficiência intelectual, não é diferente; elas apenas requerem o uso de recursos e experiências cotidianas para compreender os diversos significados, criando formas de entender o mundo.

O educador desempenha um papel crucial ao compreender a diversidade cultural e as experiências dos alunos, sendo responsável por oferecer uma visão holística da educação. Ele deve criar um ambiente que incentive e motive a imaginação de todos os estudantes.O estímulo certo, no momento adequado e com afeto, é essencial para o desenvolvimento da criança, ajudando-a a crescer como um ser social e independente. Porém, para que isso aconteça, a sociedade precisa assumir a responsabilidade pela qualidade de vida de todos, respeitando, especialmente, as diferenças. Essa interação pode gerar uma nova cultura, onde todos tenham acesso aos mesmos direitos de maneira igualitária.

A escola deve considerar uma organização pedagógica diferenciada para alcançar as metas estabelecidas, promovendo o desenvolvimento das habilidades de cada aluno, de acordo com as especificidades relacionadas ao tipo de deficiência.

Dessa forma, é possível utilizar recursos especiais, mesmo quando o aluno com deficiência está em uma escola regular. A escola tem um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo da criança com deficiência. A acolhida e o respeito proporcionam um ambiente no qual a criança se sente aceita, o que melhora seu comportamento social e facilita sua interação com os outros. É importante destacar que a escolarização de uma criança com deficiência envolve a participação da própria criança, da escola e dos pais, em um processo cultural que envolve toda a sociedade, quebrando barreiras e se renovando a cada dia.

REFERÊNCIAS

ANHÃO, Patrícia Páfaro Gomes; PFEIFER, Luiza Iara; SANTOS, Jair Lício. Interação social de crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.16, n.1, p.31-46, Jan.-Abr, 2020.

AMERICAN ASSOCIATION ON MENTAL RETARDATION – AMMR. Retardo mental: definição, classificação e sistemas de apoio. 10.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION – APA. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BATISTA, A. M.,MANTOAN, M. T. E. Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Mental. Brasília/DF, SEESP/SEED/MEC, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução n. 4, de 2 de outubro de 2009. Brasília-DF: CNE/CEB. 2009.

CAVALCANTE, Tícia Cassiany Ferro. Dialogismo e impedimentos cognitivos: reflexões sobre a comunicação entre adultos e estudantes com deficiência intelectual. Rev. educ. PUC-Camp., Campinas, 22(3):425-439, set./dez., 2017.

CUNHA, I.; SANTOS, L. Aprendizagem cooperativa na deficiência mental(Trissomia21). Cadernos de Estudo. Porto: ESE de Paula Frassinetti, 5, p.27- 44. Disponível em: <http://repositorio.esepf.pt/bitstream/handle/10000/74/cad5 AprendizagemCooperativa.pdf?sequence=2>. Acesso em: novembro 2023.

LEITE, L. P. A intervenção reflexiva como instrumento de formação continuada do educador: um estudo em classe especial. 2003. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadu-

al Paulista, Marília, 2018.
PINTRICH, P. R. The role of meta cognitiv eknowlwdge in learning, teach ingand assessing. Theoryinto Pratice. 2022.

PLETSCH, Márcia Denise. Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. Rio de Janeiro: NAU/EDUR, 2021.
SANTOS, Daísy Cléia Oliveira dos. Potenciais dificuldades e facilidades na educação de alunos com deficiência intelectual. Revista Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 38, p. 935- 948, out/dez, 2022.

SHIMAZAKI, Elsa Midori. Tese, Letramento em Jovens e Adultos com Deficiência Mental Educação do deficiente mental, São Paulo, 2006.
SECRETARIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Referencial sobre Avaliação da Aprendizagem de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais - Educação Especial, Secretaria Municipal de Educação/São Paulo: SME/Diretoria de Orientação Técnica (DOT), 2007, p. 60.

VGOTSKY, Lev Semonovitch. Obras escogidas. Fundamentos de defectología. Madrid: Visor, 1997. Visor,1997.

WERNECK, C. Muito prazer, eu existo: um Livro sobre o portador de Síndrome de Down. São Paulo: Memnon, 1992.